



VIGÍLIAS EM DEFESA DE UMA PROFISSÃO COM FUTURO

MOÇÃO

Por um regime justo de concursos

Pela valorização da profissão docente

De acordo com os documentos apresentados pelo ME aos sindicatos, as intenções neles manifestadas para o futuro das colocações **não merecem o acordo dos professores e educadores**. Como tal, os docentes presentes na Vigília realizada na Praça de Alvalade, em Lisboa, **manifestam-se contra**:

- A extinção dos quadros (QA, QE e QZP) e sua substituição por mapas de pessoal (MDAE, MDEnA e MDI), alteração essa violadora do disposto no ECD;
- A coincidência dos futuros QZP (MDI) com as CIM e áreas metropolitanas, defendendo a recuperação dos 23 QZP que existiam à data da entrada em vigor da Portaria n.º 156-B/2013, de 19 de abril;
- A criação de conselhos locais de diretores com competências no recrutamento e afetação de docentes às escolas/agrupamentos;
- O recrutamento, total ou parcial do corpo docente das escolas e agrupamentos, em função de um designado "perfil de competências";
- A afetação de docentes dos QZP (MDI) e em DACL por um conselho local de diretores e não por mobilidade interna sob o critério da graduação profissional como critério para a ordenação dos candidatos;
- A extinção de lugares (postos de trabalho) ao fim de 3 anos em DACL por parte dos seus titulares;
- A vinculação, preferencialmente, no lugar (postos de trabalho) em que o docente está contratado, ao invés de todos os lugares serem colocados em concurso interno e a vinculação ser obtida em função de concurso, com os docentes ordenados pelo critério da graduação profissional;
- A realização de concurso interno apenas de 5 em 5 anos.

Os docentes presentes nesta Vigília em defesa de uma profissão com futuro não abdicam do legítimo direito de aproximação à área de residência, na qual têm a sua vida organizada, bem como a da respetiva família, e rejeitam a obrigação de serem desterrados, por tempo indeterminado, onde foram colocados.

Para além das questões relacionadas com o regime de concursos, os professores e os educadores exigem a **abertura de processos negociais**, com vista à contagem integral do tempo de serviço para efeitos de carreira, à eliminação das vagas na progressão e das quotas na avaliação, à manutenção da paridade com a carreira técnica superior, à eliminação da

precariedade, à aprovação de um regime específico de aposentação também contribua para o rejuvenescimento da profissão, à regularização dos horários de trabalho e à alteração do atual regime de Mobilidade por Doença.

Lisboa, 15 de dezembro de 2022